



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-187

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

11 novembro 25

Edição nº 457

Página 1 de 5

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	2
EDUCAÇÃO Resoluções.....	2
CÂMARA MUNICIPAL Atos do Poder Legislativo	5

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330

**ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos****CONCORRÊNCIA PÚBLICA RETIFICADA DE Nº 011/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À CONCLUSÃO DA OBRA DA CRECHE MARACANÃ, localizada na Avenida São Luiz, nº 50, Bairro Maracanã, Jarinu/SP. A contratação será realizada com base no Termo Compromisso nº 9078/2014, celebrado com o FNDE, bem como no Termo de Compromisso de conclusão de Obra – TCCO, assinado e validado eletronicamente em 29/04/2025, contanto, ainda com a devida contrapartida do Município

A Presidente da Comissão Licitatória - PORTARIA Nº 13.537, DE 14 DE MAIO DE 2025, abaixo subscrita, torna público o resultado do julgamento da habilitação técnica, conforme anexos disponíveis no site da Prefeitura de Jarinu / Licitações / modalidade edital de concorrência / disponível: <https://www.jarinu.sp.gov.br/licitacoes/processo-n-1922025-concorrenca-n-0112025>

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação, maiores informações no item “11. Dos Recursos” do edital de licitação.

Jarinu, 11 de novembro de 2025.

HELNILY RAMOS RAGASSO
SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDUCAÇÃO | Resoluções**Resolução da Secretaria Municipal de Educação de Jarinu, nº 10 de 07 de novembro de 2025.**

Dispõe sobre a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo no Ensino Fundamental, nas turmas de 2º e 5º Ano das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Jarinu em 2025.

A Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- A Resolução SEDUC nº 109, de 29 de julho de 2025 que dispõe sobre a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado em 2025;

- O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP é um conjunto de instrumentos de avaliação disponibilizado às unidades escolares de diferentes redes de ensino paulistas e oferece indicadores de extrema relevância para subsidiar as tomadas de decisões em políticas públicas educacionais;

- O Sistema de avaliação, SARESP, oferece indicadores ao sistema de ensino de São Paulo com vistas a (re) orientar práticas e propostas pedagógicas; contribuir para o fortalecimento da formação continuada docente; subsidiar

o planejamento/ replanejamento escolar; apoiar ações de recuperação e aprofundamento conforme as necessidades de aprendizagem identificadas a partir dos resultados obtidos pelas avaliações;

- A possibilidade de análise comparativa dos resultados da aplicação das provas do SARESP e daqueles obtidos por meio de avaliações nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB;

- Os resultados da avaliação do SARESP, por integrarem o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP constituem, para cada unidade escolar, importante indicador da qualidade do ensino oferecido, tendo em vista, ainda, a necessidade de informar a sociedade e a comunidade educacional sobre o desempenho do sistema de ensino;

- O regime de colaboração, previsto no Artigo 211 da Constituição Federal de 1988, que dispõe: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, com o intuito de melhorar os níveis de aprendizagem na educação de São Paulo;

- A Lei nº 17.575, de 11 de novembro de 2022, que prevê a utilização dos resultados da avaliação para a composição do Índice de Qualidade da Educação Municipal – IQEM, especificamente em seu artigo:

- Artigo 2º a - Fica criado o Índice de Qualidade da Educação Municipal – IQEM calculado com base nas seguintes variáveis dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino;

I- Desempenho nas provas de avaliação;

II- Evolução do desempenho nas provas de avaliação;

III- Taxas de participação nas provas de avaliação;

IV- Taxas de reprovação;

V- Taxas de abandono.

§ 3º - Ao município cujas unidades escolares não realizem as provas de avaliação previstas neste artigo, por ações ou omissões de responsabilidade municipal, ou que a taxa de participação dos alunos for inferior a 80%, será atribuída a menor nota registrada dentre os municípios avaliados.

Resolve:

Artigo 1º - O SARESP, como um conjunto de instrumentos de avaliação em larga escala, será constituído por provas cognitivas a serem aplicadas a todas as escolas da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação – SME, realizada de forma censitária, incluindo alunos dos 2º e 5º anos do ensino fundamental – anos iniciais, em turmas regulares.



Artigo 2º - O público-alvo da avaliação será considerado a partir do fornecimento da base de dados dos estudantes constantes no Sistema de Cadastro de Alunos – DEINF/CITEM/SEDUC, de 13-08-2025, conforme atualização feita pelas próprias escolas até a data supracitada.

Artigo 3º - As avaliações serão aplicadas conforme os objetivos específicos estabelecidos para cada etapa da escolarização, sendo:

I. Para os estudantes de 2º e 5º anos do ensino fundamental: prova de múltipla escolha, de Língua Portuguesa e Matemática, aplicada em formato impresso;

II. Serão aplicados diferentes tipos de cadernos de prova para cada ano de escolaridade, com seus respectivos componentes curriculares;

III. As avaliações serão elaboradas com base nas habilidades do Currículo Paulista e na Matriz de Referência para Avaliação disponível em – <https://saresp.fde.sp.gov.br/>;

IV. Para os alunos elegíveis aos serviços de educação especial, de acordo com os dados atualizados constantes do Sistema de Cadastro de Alunos na data base especificada e informada por esta Secretaria, haverá a disponibilização de provas escrita em braile e com texto em versão ampliada (aplicada de modo impresso);

Artigo 4º - Para a realização das provas deverão ser observados:

I. O cronograma de aplicação

II. O horário regular de início das aulas adotado pela escola;

III. O tempo de realização das provas:

a) de até 4h (quatro horas) para os alunos dos 2º anos do ensino fundamental, incluindo um intervalo de até 15 (quinze) minutos, com a permanência mínima dos alunos na sala de 1h30 (uma hora e trinta minutos);

b) de até 4h (quatro horas), para os alunos do 5º ano do ensino fundamental, com a permanência mínima dos alunos na sala de 1h45 (uma hora e quarenta e cinco minutos);

c) com o acréscimo de até 1h (uma hora) para alunos elegíveis aos serviços de educação especial.

Artigo 5º - As provas serão aplicadas obrigatoriamente por professores da rede Municipal de Ensino de Jarinu, observado o Plano de Aplicação das Provas, elaborado pelos gestores das escolas avaliadas.

§1º A aplicação das provas do 2º Ano do ensino Fundamental será realizada por professores da própria escola, que atuam no 1º, 2º ou 3º Anos do Ensino Fundamental em turmas de estudantes diferente daquela que leciona.

§2º - As avaliações dos 5º anos serão aplicadas por professores

desse mesmo público atuantes em escola diversa da qual leciona, convocados pela Secretaria de Educação.

§3º Excepcionalmente no caso da aplicação das provas do SARESP para o 5º ano do Ensino Fundamental nas escolas de redes municipais que não tenham possibilidade de atender ao disposto no §2º deste Artigo, as provas poderão ser aplicadas por professores da própria escola, observando-se que, para cada aplicador, a turma/ano seja diferente daquela(s) em que ele leciona e que ministre aulas de componente curricular diverso daquele(s) em que os alunos se encontrem em avaliação.

§ 4º Havendo necessidade de atendimento específico a alunos elegíveis aos serviços de educação especial de acordo com os dados atualizados constantes do Sistema de Cadastro de Alunos na data-base especificada, que implique em disponibilização de sala extra para aplicação, o Diretor da Unidade Escolar é responsável pela solicitação, com a devida justificativa analisada e deferida pelo Coordenador de Avaliação, para fins de elaboração do Plano de Aplicação das Provas, pelas Diretorias de Ensino, e alocação do professor aplicador.

Artigo 6º - O processo de aplicação das provas nas escolas será acompanhado, em cada turno, por:

I. representantes dos pais de alunos ou seus responsáveis, sob a coordenação do diretor da Unidade Escolar, para o caso das provas do ensino fundamental do SARESP;

II. fiscais externos, disponibilizados pela instituição contratada, que terão a responsabilidade de zelar pela licitude e transparência do processo.

Artigo 7º - Do funcionamento das unidades escolares nos dias de aplicação das avaliações.

§ 1º - No dia previsto para a aplicação das provas do SARESP haverá interrupção do atendimento presencial ao público em geral, mantendo apenas o trabalho administrativo interno da secretaria em local que não interfira nos procedimentos de aplicação;

§ 2º - No dia da realização das provas do SARESP do ensino fundamental, as escolas deverão suspender o funcionamento presencial das classes/turmas de alunos dos anos/séries e modalidades de ensino que não serão avaliados, mantendo apenas o atendimento das turmas de Jornada Ampliada.

§ 3º - Não será permitida a presença e/ou movimentação na escola de pessoa que não esteja envolvida no processo de aplicação.

§ 4º - Os professores das turmas que serão dispensadas, deverão cumprir o período de trabalho, que será computado como HTPI (Horário de Trabalho Pedagógico Individual).

Artigo 8º - O professor aplicador, em atuação na turma que lhe for indicada, será responsável por:



I. Cumprir, rigorosamente, todas as normas e procedimentos constantes do Edital, do Manual do aplicador, da avaliação e dos treinamentos;

II. Zelar pela segurança e sigilo dos cadernos de provas e folhas de respostas, procedendo ao seu recebimento e entrega em envelopes lacrados e não permitindo seu manuseio por qualquer pessoa que não o próprio aluno, no caso dos cadernos impressos;

III. Manter na sala, a partir do início da prova, a presença exclusiva dos alunos da turma avaliada, salvo nos casos de comprovada exigência da presença de pessoa(s) autorizada(s) para fornecer apoio específico a estudantes elegíveis aos serviços de educação especial;

IV. Manter a ordem e organização dos procedimentos adequados para realização da avaliação;

V. Cumprir rigorosamente o tempo de prova e concluir seu período de trabalho na turma em que foi designado como aplicador.

Artigo 9º - Os instrumentos de divulgação e orientação a serem utilizados pelas unidades escolares serão disponibilizados, na data adequada, na Secretaria de Educação.

Artigo 10º - O diretor da Unidade Escolar será responsável por:

I. Informar aos alunos, à equipe escolar e à comunidade sobre a necessidade e a importância da participação dos discentes na avaliação;

II. Divulgar aos alunos, à equipe escolar e à comunidade, as condições, datas e horários de realização das provas, cuidando do cumprimento dos procedimentos formais;

III. Organizar a escola para aplicação das provas, no dia previsto, informando a comunidade sobre a interrupção do atendimento presencial ao público em geral e a suspensão de aulas das demais turmas.

IV. Solicitar, havendo necessidade de atendimento específico a alunos elegíveis aos serviços de educação especial de acordo com os dados atualizados constantes do Sistema de Cadastro de Alunos na data-base especificada, sala extra para aplicação e alocação de professor aplicador;

V. Assegurar a presença, nos dias de provas, de todos os alunos dos anos/séries que serão avaliados;

VI. Indicar em consenso com o Conselho de Escola, para cada turno de avaliação, representantes dos pais ou responsáveis de alunos participantes da avaliação;

VII. Indicar os professores de sua escola que poderão atuar como aplicadores em outras unidades escolares, conforme a demanda estabelecida pela Secretaria de Educação;

VIII. Informar os professores aplicadores de sua escola sobre

o local em que atuarão nos dias provas, conforme o Plano de Aplicação, e aos demais professores que não atuarão como aplicadores;

IX. Acompanhar os professores de sua escola, que atuarão como aplicadores no treinamento sobre procedimentos a serem adotados nos dias das provas que acontecerá nas dependências da Secretaria de Educação;

X. Orientar os professores de sua escola, que atuarão como aplicadores, sobre os procedimentos a serem adotados nos dias das provas, que se encontram explicitados nos manuais de orientação e de aplicação da avaliação;

XI. Organizar, com antecedência, o processo de aplicação das provas em sua unidade escolar, conforme o disposto nesta resolução;

XII. Receber, no dia das provas, os fiscais externos;

XIII. Reiterar, juntamente com os fiscais externos, em horário antecedente ao de aplicação das provas e em cada turno de aplicação, para os professores aplicadores, as orientações específicas fornecidas nos manuais da avaliação;

XIV. Garantir, a partir do início das provas, em cada sala de aplicação, a presença exclusiva do respectivo professor aplicador, salvo nas salas em que se comprove a exigência da presença de profissional, ou pessoa autorizada, para fornecer apoio específico a alunos elegíveis aos serviços de educação especial, cujo atendimento deve seguir os procedimentos utilizados cotidianamente na organização da unidade escolar;

XV. Retirar e entregar os materiais de aplicação, em embalagens devidamente lacradas, na Secretaria de Educação conforme o caso, seguindo rigorosamente o cronograma de atividades estabelecido para a avaliação;

XVI. Garantir a segurança, o sigilo e a inviolabilidade das provas digitais, das provas impressas e das folhas de respostas, a partir de sua retirada e durante a guarda, distribuição e o recolhimento, até a sua devolução;

XVII. Atestar no Sistema Integrado do SARESP – SIS, a atuação dos fiscais e dos professores aplicadores, nos dois dias das provas, e responder ao Questionário de Acompanhamento e Controle da Aplicação;

XVIII. Zelar pelo cumprimento do horário de aplicação do SARESP, conforme determinado pelos manuais de aplicação, garantindo a permanência na escola somente o pessoal autorizado e envolvido no processo de aplicação;

Artigo 9º - A Secretaria de Educação poderá publicar orientações complementares necessárias à implementação da presente resolução.

Artigo 10º - Caso haja alteração na data da aplicação da avaliação pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a SME emitirá informações complementares.



Artigo 11º - A Equipe Gestora deverá orientar, acompanhar, supervisionar todo o processo a fim de garantir a presença de 100% dos estudantes no dia da avaliação, assim como o envolvimento responsável de toda a comunidade escolar.

Artigo 12º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 07 de novembro de 2025.

Cristiane Aparecida Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I – Cronograma da aplicação das provas

Anos Iniciais do ensino fundamental – SARESP

ANO	DATA DA APLICAÇÃO	PROVA	MODELO DE APLICAÇÃO
2º Ano EF	18/11/2025	Língua Portuguesa e Matemática	Impresso
5º Ano EF	18/11/2025	Língua Portuguesa e Matemática	Impresso

Cristiane Aparecida Buzo de Lima
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - COMUNICADO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU, Estado de São Paulo, Sr. Rogério Pereira de Souza invocando os princípios da transparência e publicidade que regem a administração pública, noticia a realização de SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, no dia 12 de novembro de 2025 (quarta-feira), com início às 18:00 horas, no plenário da Câmara Municipal de Jarinu.

A sessão extraordinária terá como objetivo deliberar sobre o Projeto de Lei nº 94/2025 que “Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação”, de autoria da Excelentíssima Senhora Prefeita Débora Cristina do Prado.

Dessa forma é realizado o chamamento público, a todos quanto interessarem, para participarem desta sessão.

Registrado e publicado no diário oficial.

Jarinu – Estado de São Paulo, 10 de novembro de 2025.

Rogério Pereira de Souza
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JARINU / SP - EXTRATO DE CONTRATO

Processo: nº 171/2025 – Contrato nº 02/2025

Contratante: Câmara Municipal de Jarinu, CNPJ 01.569.688/0001-98, Rua Antônio de Aguiar Peçanha, nº 200, Jardim da Saúde, CEP 13240-186, Jarinu/SP.

Representante: Presidente Vereador Rogério Pereira de Souza.

Contratada: ROCHA E MACHADO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.851.544/0001-95, com sede na Rua Tabatinguera, nº 140, salas 1608/1609, CEP 01.020-901, São Paulo, Estado de São Paulo, representada pelo Senhor LEANDRO DA ROCHA BUENO, sócio administrador, CPF nº 261.905.478-85, RG nº 30.709.478-9.

Objeto: prestação de serviços técnicos de assessoria jurídica e advocatícia especializados conforme termo de referência.

Fundamentação legal: Art. 74, inciso III, alíneas “b”, “c” e “e” da Lei Federal nº 14.133/21 - Inexigibilidade de licitação.

Valor Global: R\$ 167.586,12 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta

e seis reais e doze centavos).

Dotação/Despesa: FICHA 4232 – FONTE 1 – APLICAÇÃO 1100000 – ÓRGÃO 3 – ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA OU JURÍDICA;

Prazo de execução: 12 meses.

Data da assinatura do contrato: 07 de novembro de 2025.

Câmara Municipal de Jarinu / SP, 10 de novembro de 2025.

Rogério Pereira de Souza
Presidente